A GUERRA DA COMUNICAÇÃO NO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964:
autoritarismo, resistências e atualidades

Ed Wilson Ferreira ARAÚJO[1]

Letícia Conceição Martins CARDOSO[2]

Larissa Leda Fonseca ROCHA[3]

Resumo

A partir de pesquisa bibliográfica, este texto tem por objetivo analisar a participação dos meios de comunicação na estratégia de construção do golpe civil-militar de 1964 no Brasil. Em abordagem histórica, o trabalho evidencia o agendamento do golpe e a construção de opinião majoritária favorável à intervenção militar (Dreifuss). A estratégia utilizada pelos meios de comunicação para persuadir o público tem amparo nos conceitos de hegemonia (Gramsci), padrões de manipulação (Abramo) e da hipótese Agenda Setting (Wolf). Em contraponto à censura imposta pelo regime militar, o trabalho pontua as formas de resistência à ditadura e os reflexos dos parâmetros autoritários no cenário político e midiático atual.

Palavras-Chave: Golpe civil-militar; Ditadura; Comunicação; Agenda Setting; Resistência.

Abstract

Based on bibliographical research, this paper aims to analyze the participation of the media in the construction strategy of the 1964 civil-military coup in Brazil. In a historical approach, the work highlights the coup scheduling and the construction of a majority opinion in favor of the military intervention (Dreifuss). The strategy used by the media to persuade the public is supported by the concepts of hegemony (Gramsci), manipulation patterns (Abramo) and the Agenda-Setting hypothesis (Wolf). As a counterpoint to the censorship imposed by the military regime, the paper punctuates the forms of resistance to the dictatorship and authoritarian reflexes of the parameters in the current political and media scenario.

Keywords: Civil-military coup; Dictatorship; Communication; Agenda-Setting; Resistance

1 INTRODUÇÃO

Durante a construção do golpe civil-militar de 1964, um dos momentos mais expressivos das manifestações públicas ocorreu na “Marcha da família com Deus e

[1] UFMA; Doutor; ed.wilson@ufma.br
[2] UFMA; Doutora; letícia.cardoso@ufma.br
[3] UFMA; Doutora; larissa.leda@ufma.br

pela propriedade", quando milhares de pessoas saíram às ruas para defender as instituições tradicionais que estariam ameaçadas pelo risco da introdução do comunismo no Brasil. Na atualidade, o discurso com fortes traços nacionalistas perpassa as falas alusivas à necessidade de combater uma suposta ameaça da esquerda no país, bem como a excessiva aparição dos partidários do conservadorismo portando símbolos como a bandeira do Brasil e o uso da camisa amarela acionados à pregação sobre a intervenção militar ditatorial.

Guardadas as devidas proporções e objetivos entre os arcos temporais mencionados (década de 1960 e anos 2000), há uma visível relação entre as práticas culturais relativas às manifestações de rua, à circulação de falas, a vestimentas com as cores predominantes da bandeira brasileira (verde e amarelo) e aos conteúdos de áudio e vídeo disseminados nas redes sociais contendo teses nacionalistas e anticomunistas.

Considerando tais parâmetros, este artigo analisa o processo de construção do golpe civil-militar de 1964 acionado pelos meios de comunicação no contexto de um plano estratégico formulado com o objetivo de construir a visibilidade midiática e mobilizar o público para a adesão à ditadura. O golpe e a instauração do regime autoritário passaram necessariamente pela afirmação do poder da burguesia caracterizado por DREIFUSS (2006) como "ação de classe da elite orgânica". O conceito de hegemonia (GRAMSCI, 2002) e a sua relação com os meios de comunicação no horizonte da intervenção militar embasam o esteio teórico do artigo, perpassando a elaboração do consenso na sociedade civil e a coerção exercida pela sociedade política.

Nessa perspectiva, o artigo está estruturado em três partes integrantes de uma totalidade. A primeira enquadra o papel do Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e do Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) no planejamento do golpe civil-militar com a expressiva participação dos meios de comunicação (DREIFUSS, 2006). Abordamos a produção do consenso tomando as bases gramscianas sobre hegemonia, os padrões de manipulação de conteúdo jornalístico apontados por ABRAMO (2016) e da hipótese Agenda Setting (WOLF, 1992). A segunda e a terceira seções tratam, respectivamente, dos impactos do

golpe no que diz respeito ao controle imposto pela censura sobre a liberdade de expressão e de imprensa (LIMA, 2004), assim como as formas de resistência e o exercício do contraditório nas alternativas de manifestação do pensamento através dos meios e práticas culturais vinculados ao campo democrático-popular, dispostos no item 4.

2 A MONTAGEM DA ESTRATÉGIA DO GOLPE NA SOCIEDADE CIVIL

O golpe civil-militar de 1964 no Brasil ocorreu no contexto da instabilidade política forjada pelo campo conservador com o objetivo de destituir o presidente João Goulart e bloquear o avanço das forças progressistas pulsantes no início da década de 1960 no Brasil. A perspectiva reformista liderada por João Goulart não constituía ameaça concreta de ruptura com o modo de produção capitalista. No entanto, eram combatidas pelos setores conservadores sob o argumento de que estariam sendo planejadas no sentido da implantação do comunismo no Brasil – discurso bastante recorrente hoje.

Para estabelecer essa visão predominante, não bastaria o uso da força, seria necessária a adesão e a sedução das mentes. Era preciso agenciar, portanto, os meios de comunicação e a produção cultural. Essas esferas foram muito visadas, pois o mercado de bens culturais “envolve uma dimensão simbólica que aponta para problemas ideológicos, expressam uma aspiração, um elemento político embutido no próprio produto veiculado” (ORTIZ, 1988, p.114).

O planejamento das ações e a montagem da estratégia de comunicação contra o suposto perigo comunista ficou a cargo do chamado “complexo Ipes/Ibad” (DREIFUSS, 2006), formado respectivamente pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), duas organizações da sociedade civil incumbidas do trabalho de pensar e executar uma campanha ideológica e de ação política.

O complexo era responsável pelo recrutamento de um “exército” de profissionais civis como jornalistas, escritores, tecnoburocracia especializada, parlamentares, gestores, historiadores, empresários, banqueiros, reitores, religiosos

etc. Cabia a eles a tarefa de pensar, planejar e produzir jornais, revistas, livros, folhetos, quadrinhos, filmes, entrevistas, discursos, pronunciamentos, cartilhas e outras formas de comunicação numa ampla campanha de propaganda em defesa dos valores tradicionais e repudiando uma suposta ameaça comunista que rondaria o país.

As ações concomitantes, repetitivas e maciçamente disseminadas para a maioria da população nas emissoras de TV, rádios, jornais de papel, cinemas, no seu conjunto tinham o propósito de construir um movimento de opinião para causar ou reforçar percepções e ações vinculadas ao pensamento tradicional da direita e simultaneamente fomentar a visada negativa do campo político popular e reformista.

> Os canais de persuasão e as técnicas mais comumente empregadas compreendiam a divulgação de publicações, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas por meio da imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas e propaganda no rádio e na televisão. A elite orgânica do complexo IPES/IBAD também publicava, diretamente ou através de acordo com várias editoras, uma série extensa de trabalhos, incluindo livros, panfletos, periódicos, jornais, revistas e folhetos. Saturava o rádio e a televisão com suas mensagens políticas e ideológicas (DREIFUSS, 2006, p. 249).

Como se vê, o planejamento e a execução das ações de preparação da intervenção militar tiveram o seu desfecho em 1964, mas todo o processo de organização do golpe passava pela mobilização da população através de uma consistente estratégia de comunicação baseada em doutrina e propaganda permanentes, alinhada aos interesses da elite orgânica.

3 A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO: AGENDAMENTO, MANIPULAÇÃO E CENSURA

No estudo dos efeitos, WOLF (1992) destaca três características pertinentes à relação entre os meios de comunicação e o conhecimento da realidade: acumulação, consonância e a onipresença. A primeira diz respeito à capacidade dos meios de produzir e manter um tema em relevância através da repetição permanente. A segunda refere-se aos aspectos comuns e semelhantes na produção da informação. Já a onipresença alude à quantidade, ao rol de conhecimentos,

atitudes e opiniões circulantes nos meios de comunicação de massa. Baseados nesses pressupostos, os meios de comunicação teriam uma força expressiva na construção da agenda pública, ou seja, no conjunto de temas inseridos na rotina produtiva dos jornais, emissoras de rádio e televisão transformados em conteúdo jornalístico e influentes no interesse das audiências para debater e opinar. Daí deriva a hipótese do *Agenda Setting*:

> [...] em conseqüência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descura, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflecte de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (SHAW *apud* Wolf, 1992, p.128).

ABRAMO (2016), ao discorrer sobre os padrões de manipulação na grande imprensa, alerta para a interferência no processo de produção de conteúdo jornalístico de variadas formas, mas não presentes o tempo inteiro em todos os meios de comunicação. Trata-se do “procedimento geral do conjunto da produção cotidiana da imprensa, embora muitos exemplos ou matérias isoladas possam ser apresentados para contestar a característica geral” (ABRAMO, 2016, p. 39).

Os padrões são tipificados em quatro formas: 1. Ocultação: caracterizado por um silêncio deliberado acerca de certos fatos; ou seja, quando um determinado assunto, mesmo sendo de relevante interesse público, não entra no circuito da produção jornalística e, em decorrência da ocultação, “o fato real foi eliminado da realidade, ele não existe.” (ABRAMO, 2016, p. 41); 2. Fragmentação: corresponde ao padrão que apresenta o relato jornalístico de forma estilhaçada, fora de contexto, desintegrado em partes e sem vínculos com a sua totalidade no circuito das causas, condições e consequências; 3. Inversão: decorrente do relato fragmentado e fora de contexto, “opera o reordenamento das partes, a troca de lugares e de importância dessas partes, a substituição de umas por outras e prossegue, assim, com a destruição da realidade original e a criação artificial da outra realidade” (ABRAMO, 2016, p. 43); 4. Indução: surge como corolário dos padrões anteriores:

> O padrão de indução tem a ver, como os demais, com os processos de planejamento, produção e edição do material jornalístico, mas ultrapassa esses processos e abarca, ainda, os planos de apresentação final, no parque gráfico ou nas instalações de radiodifusão, distribuição, índices de tiragem e audiência de publicidade etc. – ou seja, os planos de produção jornalística como parte da indústria cultural e do empreendimento empresarial-capitalista. (ABRAMO, 2016, p. 49)

HOHLFELDT (2010) e TRAQUINA (2005) alinham a influência do agendamento não só para selecionar os acontecimentos, mas para enquadrá-los no interesse pessoal e coletivo.

> "[...] dependendo dos assuntos que venham a ser abordados – agendados – pela mídia, o público termina, a médio e longo prazo, por incluí-los igualmente em suas preocupações. Assim, a agenda da mídia de fato passa a se constituir também na agenda individual e mesmo social." (HOHLFELDT, 2010, p. 191).

GRAMSCI (2002) classifica as instituições operantes na sociedade civil como "aparelhos privados de hegemonia", organizações coletivas apropriadas pelas forças dominantes e dominadas, cada qual dimensionando seus projetos de poder, refletindo um campo de conflito onde as classes espraiam as suas estratégias de manutenção ou alternância do poder, em parte executadas pelos jornais, revistas, a "arte da imprensa", as academias ou institutos culturais, entidades científicas e a atividade editorial, instituições protagonistas e difusores da cultura.

Nesse contexto, o complexo Ipes/Ibad operou o planejamento do golpe civil-militar tendo como horizonte estratégico a destituição do governo João Goulart e o desmonte do bloco progressista. Garantido o golpe, o regime militar estabeleceu a censura ordenada por um conjunto de regras e formas de controle das informações e opiniões veiculadas nos meios de comunicação, no que configura o cerceamento da livre manifestação do pensamento e da liberdade de expressão. Trata-se da incidência da censura como norma política instaurada pela burocracia, aplicada para vigiar e punir conteúdos não adequados aos parâmetros estabelecidos por um determinado regime predominante. É a censura como forma de controle direto determinada por agentes do Estado designados especificamente para o objetivo de

depurar, filtrar e proibir a inserção de conteúdos contrários aos interesses da autoridade.

No campo cultural, os militares transformaram o mito da “democracia racial”, fundamentado por Freyre em *Casa Grande e Senzala*, em peça-chave da sua propaganda oficial, tachando artistas e militantes que insistiam em levantar temas contrários aos interesses do Estado, como “impatrióticos” e perigosos à segurança nacional. Assim, temáticas como a discriminação racial e as reivindicações indigenistas foram entendidas pelos militares (e reproduzidas pelas elites) como afronta ao caráter nacional, fortemente censurados pelo regime. O incentivo no setor cultural pelos generais foi proporcional ao seu controle, através de um Estado “repressor e incentivador” (ORTIZ, 1994, p.116).

Nunca houve tanta censura no país. Paradoxalmente, a produção e difusão de bens culturais eram centrais nas políticas públicas dos militares. Por um lado, as declaradas instâncias repressoras (SNI - Serviço Nacional de Informações; DOPS-Departamento de Ordem Política e Social; Divisão de Censura e Diversões Públicas, órgão do Departamento de Polícia Federal); por outro lado, órgãos especialmente criados para fomentar a cultura como Conselho Federal de Cultura, Instituto Nacional do Cinema, EMBRAFILME, FUNARTE, estes últimos, executores de uma censura sutil e disciplinadora, que orientou a produção cultural segundo a Ideologia da Segurança Nacional.

O objetivo maior desta doutrina era a “integração nacional”, almejada tanto pelos militares quanto pelos empresários da emergente comunicação de massa no país. Enquanto os homens de farda propunham a unificação política das consciências, a integração simbólica do país; os homens de negócio focalizavam a integração do mercado. Os militares advogavam por essa aliança para manter o consenso na sociedade civil e reforçar seu poder simbólico. O Manual Básico da Escola Superior de Guerra advertia sobre o meios de comunicação: “bem utilizados pelas elites constituir-se-ão em fator muito importante para o aprimoramento dos componentes da Expressão Política; utilizados tendenciosamente podem gerar e incrementar inconformismo” (ORTIZ, 1988, p.116).

Foram amplamente utilizados os recursos inovadores das emissoras de TV, com conteúdos que divulgavam mensagens ufanistas e de otimismo sobre o “país do futuro”, o “Brasil potência”. O clima nacionalista foi impulsionado pela mídia com a conquista da terceira Copa do Mundo de Futebol, em 1970, no México. Célebres slogans como “Brasil. Ame-o ou Deixe-o” e “Ninguém Mais Segura Esse País” legitimavam as ações do Regime Militar e conclamavam o povo a apoiá-lo. O progresso e o desenvolvimento do país dependiam de “cada um fazer a sua parte”.

4 O ENFRENTAMENTO DO AUTORITARISMO: RESISTÊNCIAS E LIMITES À LIBERDADE

No intuito de problematizar as potencialidades e limites dos meios de comunicação no âmbito da sociedade civil, cabe reverberar que o consenso formatado no planejamento e na execução do golpe militar e a sua vigência durante o regime autoritário não foram absolutos a ponto de eliminar e sufocar totalmente os meios e as práticas de resistência das forças democráticas, mesmo nos momentos de radicalização da violência, a exemplo do Ato Institucional nº 5.

Embora o Estado exercesse poder simbólico e coercitivo, seja no controle dos meios de comunicação seja na apropriação/cooptação de manifestações artísticas e culturais, o consenso não extinguiu formas de expressão divergentes e de resistência. Se o Estado autoritário impõe sua visão e divisão de mundo, continuam pulsando, ainda que na marginalidade, na clandestinidade, sentidos e práticas latentes, silenciados, abafados, reconhecidos por outras instâncias sociais. Numa dinâmica de luta em que atuam, negociam, interagem,movimentam-se, diversos agentes, o poder do Estado, apesar de hegemônico, não é único ou inquestionável.

O Tropicalismo foi uma dessas frentes na batalha cultural. Movimento artístico iniciado em 1967, formado por jovens artistas que criticavam a realidade brasileira da época. Com uma linguagem verbal e musical diferente da então predominante, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Gal Costa, Maria Betânia, Tom Zé, Os Mutantes, eram alguns dos artistas tropicalistas. Inspirados nos ideais antropofágicos de Oswald de Andrade uniam as inovações da Bossa Nova de João Gilberto e Tom Jobim, às

guitarras elétricas de *The Beattles* e ao regionalismo de Luís Gonzaga e João do Vale. O movimento tropicalista denunciou e ironizou as contradições do país, que:

> Sob a égide da ditadura militar, acreditava em milagres da industrialização e do capital estrangeiro, sonhava com o Wolksvagen zero e com o Chacrinha pela televisão. Era um país de bananeiras, de índios, de baião e de frevo; mas também de Brasília, de poluição paulista, de movimento estudantil e operário, de dívida externa, de *rock*, de chiclete e de Pelé. (CEREJA; MAGALHÃES; 2000, p. 512).

Apenas dois meses após o golpe, um grupo de jornalistas, ilustradores e chargistas, liderados por Millôr Fernandes, em maio de 1964, lançou a revista *Pif Paf*, publicação de humor crítico, que circulou por oito edições antes de ser apreendida. Em 1966, surgiu em São Paulo a revista *Realidade*, que embora fosse um produto da grande imprensa, assumiu, graças à sua equipe jovem, uma postura contestadora do conservadorismo vigente. No Rio de Janeiro, passou ser publicada a revista de temas culturais *Civilização Brasileira*. No movimento estudantil, foram editados pequenos jornais, como o *Amanhã*, do Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP. Todas essas iniciativas duraram pouco ou foram descaracterizadas, por conta do AI-5 (Memórias da ditadura, [s.d.]).

Mas, segundo informa o projeto Memórias da Ditadura, organizado pelo Acervo Vladimir Herzog, as organizações políticas de esquerda, mesmo na clandestinidade, lançaram diversas publicações, que não iam às bancas, mas circulavam de forma marginal. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) continuou a publicar o *Voz Operária* e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) manteve em circulação o periódico *A Classe Operária*. Além disso, a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) retomou o *Política Operária*, e a Ação Popular, em 1º de maio de 1968, lançou o *Libertação*. Pela mesma época, surgiu o jornal *O Guerrilheiro*, da Ação Libertadora Nacional (ALN), e o *Bandeira Vermelha*, do Movimento Comunista Internacionalista.

Outros projetos de comunicação alternativa burlaram o dispositivo do AI-5 e estabeleceram-se no mercado editorial com alguma regularidade e popularidade. Um dos mais emblemáticos é *O Pasquim*, semanário de humor político que surgiu em 1969, no Rio de Janeiro, integrado por uma equipe de competentes ilustradores,

chargistas e jornalistas, como Jaguar, Ziraldo, Millôr Fernandes, Fortuna, Tarso de Castro. Vendido em bancas de jornal, fortemente crítico ao regime, tornou-se desde o início um grande sucesso de vendas. Bastante perseguidopela censura, teve seus realizadores presos em várias ocasiões. Chegou a vender 200 mil exemplares em 1970. *O Pasquim* sobreviveu à ditadura, parando de circular só em 1991.

Nesse movimento de contra-hegemonia na comunicação, também podem ser lembrados os alternativos O Bondinho (1971), Ex (1973), Opinião (1972), Movimento (1975), Hora do Povo (1978, ativo até hoje), Politika (1971), revistas Versus (1976) e Cadernos do Terceiro Mundo (1973); as publicações feministas Brasil Mulher (1975) e Mulherio (1981); os jornais Tição, Jonegro e Sinba, do movimento negro, que surgem em 1978; no mesmo ano, o conselho indigenista missionário lança o jornal *Porantim*, que circula até os dias atuais; ainda em 1978, jornalistas homossexuais publicam o *Lampião*, que quebrou paradigmas e fez sucesso no país (Memórias da ditadura, [s.d.]).

A resistência de outrora ilustra hoje as oscilações na linha editorial dos conglomerados de comunicação no Brasil. Engajada na perspectiva justiceira da operação Lava Jato, a mídia hegemônica participou ativamente da construção do golpe de 2016 que resultou no *impeachment* da presidenta Dilma Roussef (PT). A reviravolta na cobertura jornalística teve como marco a série de reportagens do *The Intercept Brasil*, denominada “Vaza Jato”, que revelou os diálogos travados entre os procuradores da Lava Jato e o então juiz Sergio Moro, trazendo a público a trama orquestrada por uma parte do Sistema de Justiça para condenar, prender e impedir a participação do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições presidenciais de 2018.

A cobertura do *The Intercept Brasil* alterou a linha editorial da maioria da mídia hegemônica outrora militante do lavajatismo, incluindo a sua principal representante – as Organizações Globo, que passou a incorporar nas suas narrativas os argumentos e as provas sobre os equívocos jurídicos, os atropelos ao devido processo legal e as decisões arbitrárias cometidas inclusive pelo principal símbolo midiático do conceito de justiça – Sergio Moro. O reordenamento da cobertura jornalística a partir do *The Intercept Brasil* serve para refletir sobre a

correlação de forças na disputa de hegemonia travada na sociedade civil. De um lado, a mídia hegemônica materializa a real apropriação dos meios de comunicação em um país marcado pela concentração empresarial e controle das concessões de rádio e televisão por tradicionais grupos políticos identificados com o campo político e econômico conservador. Do outro, pulsam meios alternativos, independentes, populares e também os empresariais de médio e pequeno porte vinculados ao campo progressista.

Apesar das múltiplas plataformas de produção de conteúdo, a hiperconcentração das comunicações no segmento privado da mídia hegemônica problematiza as noções de liberdade. LIMA (2004) sintetiza uma interessante dicotomia: a liberdade de expressão não configura liberdade de imprensa; ou seja, o direito de as pessoas e os campos políticos se manifestarem publicamente sobre os temas relevantes está relativamente assegurado, mas a mídia hegemônica seleciona e privilegia as suas fontes e os enquadramentos, direcionando certo padrão de sociedade, valores, significados e concepções de mundo pertinentes à classe dominante.

O conceito de hegemonia é valoroso teoricamente porque comporta o entendimento de que nem sempre as estratégias de argumentação e persuasão dominantes manipulam a todos o tempo inteiro. Não há passividade na recepção. A hegemonia não é um sistema homogêneo, ela se processa na perspectiva histórica, na dinâmica dos conflitos, onde há brechas, fissuras e possibilidades de alternância das forças políticas na dinâmica do capitalismo. Assim, o ordenamento ultraliberal é enfrentado, na medida do possível e das forças políticas atuantes na sociedade civil, buscando um horizonte distinto da voz uníssona do mercado como única forma de produção da vida.

5 CONCLUSÃO

A perspectiva histórica nesse trabalho permite observar aspectos comuns e outros distintos na atuação dos meios de comunicação em momentos decisivos da História do Brasil, quando os oligopólios de mídia operam diretamente os interesses

da classe dominante. Recortamos três fatos para orientar a abordagem sobre a produção do consenso forjado: o golpe civil-militar de 1964, a Nova República e o governo Jair Bolsonaro. Guardadas as devidas proporções e as características conjunturais, eles se assemelham quanto ao avanço progressivo da agenda ultraliberal no Brasil.

Como dito ao longo do artigo, a intervenção autoritária não significou apenas a tomada do poder pela elite orgânica, mas foi o passo concreto para a deflagração da reforma do Estado. Passo a passo, este objetivo foi sendo alcançado e gradualmente ampliou suas metas na Nova República e, atualmente, sob a gestão do ministro Paulo Guedes, arauto da mais radical ofensiva do projeto ultraliberal.

Qualquer tentativa de desvio nessa rota é cerceada por golpes. As Reformas de Base prometidas por João Goulart estão para o IPES/IBAD assim como os governos do PT para a Lava Jato. Em ambos houve a intervenção ostensiva da mídia hegemônica para bloquear as medidas que poderiam amenizar as desigualdades sociais no Brasil. A democracia brasileira ainda é imatura e frágil, não exercitamos a democracia no cotidiano.

Os conglomerados empresariais de comunicação têm uma agenda econômica a cumprir e alinha os seus interesses aos da classe dominante em verdadeiras operações de guerra. Como pontua Dreiffus, o planejamento do golpe civil-militar implicou em uma campanha organizada com todos os ingredientes: exército, doutrinação, engajamento e munição. Esta, traduzida em informação moldada nas formas de jornalismo, propaganda, publicidade e todas as outras modalidades de bens simbólicos mencionados.

A síntese mais apropriada do trabalho é de que o consenso e a coerção caminham juntas, e, dependendo das circunstâncias conjunturais, agilizam mais ou menos força para a tomada e /ou manutenção do poder. Não se trata de pessimismo na análise e sim da realidade concreta que precisa ser superada com o reordenamento das comunicações no Brasil. A democracia plena passa necessariamente pela reforma da comunicação, extirpando os vícios de origem que moldam os meios aos interesses do poder político e econômico. Emissoras de

televisão e rádio são concessões públicas; porém, distorcidas no seu uso para servir às finalidades dos seus proprietários e anunciantes.

Por fim, a valoração teórica do trabalho demonstra que, apesar de todo o poder da manipulação e da censura, bem como do uso da força para implantar regimes autoritários, a mídia hegemônica não consegue impor sua agenda homogeneamente a todos. As diversas formas de resistência, principalmente cultural, pulsam para corroborar o verso emblemático do poeta Wladimir Maiakóvski: “o mar da História é agitado”.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Perseu Abramo, 2016.

CEREJA, W. R., MAGALHÃES, T. C. **Literatura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Atual, 2000.

DREIFUSS, R. A. 1964. **A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.

HOHLFELDT, A. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em Comunicação. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L.C.; FRANÇA, V. V. (org.). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2010.

LIMA, V. A.. **Mídia:** teoria e política. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. 2.ed. v. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1986.

Imprensa Alternativa. **Memórias da Ditadura**. Disponível em: http://memoriasdaditadura.org.br/imprensa-alternativa/. Acesso em: 08 ago. 2021.